

ATA NÚMERO 119/XIII (3.ª)

M

A 10 de abril de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição, por requerimentos dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE, do Ministro da Cultura, sobre os resultados provisórios dos concursos de apoio às Artes e subsequentes declarações públicas a esse respeito.

2. Informações;

3. Outros assuntos.

1. Audição, por requerimentos dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE, do Ministro da Cultura sobre os resultados provisórios dos concursos de apoio às Artes e subsequentes declarações públicas a esse respeito

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas vindas ao Senhor Ministro da Cultura e ao Senhor Secretário de Estado da Cultura, Miguel Honrado, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra aos Grupos Parlamentares do PCP e do BE, autores dos requerimentos em apreciação.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) salientou que o novo modelo de apoio às artes não dá resposta àquilo que são as necessidades de desenvolvimento do setor e que urge reverter o seu crónico subfinanciamento, reforçar as verbas disponíveis e dar passos concretos no sentido de afetar 25 milhões de euros para os concursos de apoios sustentados. Defendeu a revisão integral do novo modelo de apoio às artes, a abertura de uma discussão pública sobre a matéria e a revisão das decisões do júri, reportando-se também à importância de o Governo assegurar o aumento das verbas para o apoio às artes para níveis dignos. Salientou que os apoios foram

atribuídos a 19 candidaturas da Região Norte, 18 da Área Metropolitana de Lisboa, seis da Região Centro, cinco do Alentejo e duas do Algarve, tendo sido esquecidos percursos de companhias e estruturas que ao longo de anos tiveram e têm um papel incontornável na vida cultural do País, como é o caso do Centro Dramático de Évora, da Escola da Noite, do Teatro dos Aloés e do Teatro das Beiras. A este respeito, frisou que todas as candidaturas sem exceção vão receber um apoio abaixo daquilo que é requerido pelas estruturas, existindo 21 candidaturas elegíveis que não foram apoiadas com qualquer montante, o que demonstra claramente o subfinanciamento do apoio às artes. Terminou a sua intervenção frisando que com este programa não ficou garantida a coesão territorial, o combate à precariedade, a calendarização e operacionalização atempada dos procedimentos concursais, a desburocratização dos processos e a valorização do princípio de apoio às estruturas. E, nesse sentido, perguntou ao Senhor Ministro se o Governo vai rever integralmente as decisões de elegibilidade e de atribuição de apoio às artes, se vai assegurar um mecanismo que garanta o apoio financeiro imediato às estruturas cujos apoios já tenham terminado e àquelas que têm apoios claramente insuficientes e, por último, se vai dar apoio à proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP de consignar 25 milhões de euros para o apoio público às artes.

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) frisou que em 2017 não se atualizaram nem reforçaram as verbas dos anos anteriores e que não se repuseram os cortes do governo PSD/CDS-PP, não se tendo aberto a possibilidade de outros projetos e entidades artísticas concorrer a financiamento, o que é injusto e vai contra o estipulado na lei. Disse também que a Secretaria de Estado da Cultura anunciou que os concursos iam abrir na segunda quinzena de setembro, o que não veio a acontecer, na medida em que o decreto-lei que estabelece o novo regime apenas foi publicado a 24 de agosto e só a 16 de outubro, depois do período de consulta pública, foi publicado o regulamento do programa de apoio e o regulamento relativo aos júris, sendo que só em finais de outubro é que abriram os concursos para os apoios plurianuais. Salientou a este respeito que o Governo está há mais de um mês sem atribuir financiamento sustentado às artes, sendo provável que esta situação se mantenha durante todo o primeiro semestre de 2018, o que, tendo em conta a precariedade da maioria das estruturas artísticas que prestam serviço público, esta situação pode pôr em causa a possibilidade de as estruturas manterem uma atividade continuada, prejudicando a qualidade atual e futura do trabalho que desenvolvem. Nessa medida, perguntou ao Senhor Ministro como é que, enquanto não são assinados os contratos com as estruturas que vierem a ser selecionadas no âmbito deste concurso, o Ministério da Cultura vai assegurar a

prestação do serviço público e como vai repor o valor de apoio às artes de 2009 (sendo que esse será sempre o patamar mínimo aceite para garantir o funcionamento das estruturas existentes). Por último, relativamente às estruturas que poderão ser ou não repescadas, salientou não se compreenderem os critérios que estão a ser utilizados e como é que essa repescagem vai ser feita.

O Senhor Ministro respondeu às Senhoras Deputadas Ana Mesquita (PCP) e Isabel Pires (BE), fazendo uma intervenção [aqui](#).

De seguida, usaram da palavra para colocar algumas questões os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Carla Sousa (PS), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Ana Mesquita (PCP) e Jorge Campos (BE), tendo o Senhor Ministro respondido individualmente a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das respetivas intervenções, tendo afirmado, designadamente, que o Governo não criou um modelo rígido, que o modelo é evolutivo, para repensar e reavaliar com o sector; que o modelo não é perfeito, mas “não vamos deitar fora o bebé com a água do banho”; que o concurso está feito e tem de seguir as regras concursais; que o Programa de Apoio Sustentado às Artes foi reformulado, admitindo que pode ainda ter falhas, mas que ele responde às necessidades reais e que, nessa medida, não vai ser anulado; que o novo modelo foi pensado porque o sector queria mudar a atribuição de apoios, por achar que era desajustado da realidade, tendo o Governo decidido colocar as artes no centro das prioridades políticas; que o Governo aumentou a verba porque constatou que Portugal tinha uma extraordinária multiplicação de estruturas culturais, energias e talentos, virando assim a página da austeridade mas não a das dificuldades e da realidade existente; que a adesão a estes concursos foi enorme e muitas estruturas novas que nunca tinham concorrido concorreram a apoios plurianuais; que já houve um reforço que ascende aos valores de 2009; que há pontos que têm de ser melhorados, designadamente o respeitante à plataforma em que são submetidas as candidaturas.

O Senhor Secretário de Estado da Cultura lembrou que, para além dos apoios sustentados anunciados para o período 2018-2021, há apoio a projetos e a parcerias, bem como apoio à internacionalização e apoio simplificado, não se reduzindo os apoios apenas à realidade dos apoios sustentados. Disse também que nos concursos plurianuais de 2009 foram apoiadas 151 candidaturas, mas que em 2018 serão 183 e que o montante aumentará em mais de 20 milhões de euros. Salientou também que não restam dúvidas de que o atual esquema de apoio às artes,

apesar de não ser perfeito, é muito “mais flexível” e “adaptado às necessidades do sector” do que o anterior. A este respeito, questionou como é que se pode dizer que o modelo falhou quando dos 183 projetos contemplados, 70 foram apresentados por entidades que nunca antes tinham concorrido a apoios a dois e quatro anos (representam 38% do total), 102 viram o seu financiamento aumentar e apenas 11 tiveram um decréscimo de verbas. Em relação à plataforma de candidatura, que ajuda os próprios candidatos apresentando ou notificando e alertando os candidatos para eventuais inconsistências que vão existindo na elaboração da candidatura, defendeu que pode e deve haver melhoramentos, sendo, contudo, mais eficiente do que a plataforma anterior.

Na 2.ª ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Margarida Mano (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Ana Mesquita (PCP) Carla Sousa (PS), Maria Augusta Santos (PS), Palmira Maciel (PS), Ivan Gonçalves (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Norberto Patinho (PS) e António Costa e Silva (PSD), tendo o Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado respondido no final a todas as questões colocadas.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a audição.

A gravação vídeo encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

2. Informações

Relativamente à audição regimental do Senhor Ministro da Educação agendada para a parte da tarde desse dia, a Senhora Presidente lembrou que no dia anterior o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares tinha informado a Comissão que, devido a um compromisso de agenda imprevisto e inadiável, o Senhor Ministro da Educação não podia estar presente, estando o Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto em condições de assegurar a sua realização.

Na sequência dessa comunicação, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou um requerimento solicitando que essa audição regimental seja reagendada para que a mesma se possa realizar com a sua presença.

Depois de um breve diálogo sobre este ponto, em que usaram da palavra os Senhores Deputados Margarida Mano (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP) e Jorge Campos (BE), e não se tendo obtido consenso sobre este ponto, a Senhora Presidente solicitou aos serviços que oficiassem o gabinete do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares no sentido de desmarcar a referida audição regimental com o Senhor Ministro da Educação, procurando reagendá-la para uma data não muito distante.

Entrando na primeira parte do segundo ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu conta da baixa à Comissão do [projeto de resolução n.º 1468/XIII \(3.ª\)](#) (BE) — Medidas urgentes de reforço e correção do financiamento às artes no âmbito dos concursos da Direção Geral das Artes —, tendo o Senhor Deputado Jorge Campos (BE) transmitido que a sua discussão seria feita em Comissão.

Informou também a Senhora Presidente que tinha baixado à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto o [projeto de resolução n.º 1472/XIII \(3.ª\)](#) (PCP) — Propõe medidas para correção dos resultados do concurso de apoios às artes, reforço do seu financiamento e revisão do respetivo modelo de apoio —, tendo a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) informado que a sua discussão seria feita em Comissão.

Transmitiu também a Senhora Presidente que o Senhor Deputado João Castro (PS) tinha cessado funções como membro efetivo passando a suplente e que o Senhor Deputado Paulo Pisco (PS) tinha cessado funções como membro suplente.

Relativamente aos pedidos de audiência pendentes, da ARTEMREDE para apresentação das conclusões do 2.º Fórum Político respeitantes à territorialização das políticas públicas de cultura, e da AGAP, para apresentação da nova Direcção da Associação e do Programa «Projetar um Portugal +activo e +saudável», informou que as mesmas seriam agendadas oportunamente.

De seguida, a Senhora Presidente solicitou aos grupos parlamentares a indicação dos representantes dos Grupos Parlamentares para o Painel V - Intervenção dos Grupos Parlamentares do Colóquio “Direitos das Crianças no Desporto”, tendo o Grupo Parlamentar do PSD informado que se faria representar pelo Senhor Deputado Joel Sá (PSD).

Informou também que tinha dado entrada nos serviços da Comissão o *Anuário do Futebol Profissional Português* relativo à época de 2016-2017, que faz a análise da evolução económica e financeira da indústria de futebol profissional, estando disponível para consulta nos serviços de apoio da Comissão.

Por último, no âmbito da última parte da Ordem do Dia a Senhora Presidente informou que tinha dado entrada nos serviços da Comissão um protesto da Associação de Futebol da Madeira relativamente ao cancelamento, sem aviso prévio, de um voo da TAP com destino ao Porto, o que impediu a deslocação da Seleção da Madeira de Futsal para participar num torneio organizado pela Federação Portuguesa de Futebol, que teve lugar entre os dias 2 e 5 de abril.

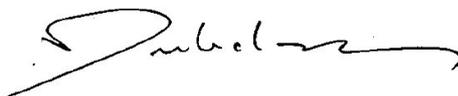
3. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 13 horas e 40 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de abril de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO, em exercício



(Pedro do Ó Ramos)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar CDS-PP na reunião de 24 de abril de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Carla Sousa
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Ivan Gonçalves
Joana Barata Lopes
João Pinho de Almeida
João Torres
Jorge Campos
José Carlos Barros
Norberto Patinho
Pedro Delgado Alves
Pedro do Ó Ramos
Ana Mesquita
Ana Sofia Bettencourt
António Costa Silva
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Palmira Maciel
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Carvalho
Joel Sá
Luís Monteiro
Margarida Balseiro Lopes
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: